MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

Decreto-lei n.º 36:937

Verificando-se que para o natural desenvolvimento e expansão da cidade de Elvas é de há muito insuficiente a área limitada pelas muralhas que constituem a respectiva Praça de Guerra e que a actual zona de servidão militar impede praticamente que tal expansão se faça para o exterior;

Sendo, por outro lado, de respeitar integralmente a obra de fortificação, quer por se tratar de um precioso exemplar de arquitectura militar, quer por ser ainda de considerar a sua utilização militar, pelo que continua a impor-se a existência de uma zona de protecção;

Tendo sido ouvida a Comissão Superior de Fortificações sobre a servidão que, nos termos da carta de lei de 24 de Maio de 1902, convém estabelecer sobre os terrenos adjacentes à referida Praça;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A área sobre que impende a servidão militar da Praça de Elvas será reduzida, passando o seu perímetro a ser o que consta da planta geral daquela cidade e seu termo, arquivada na 2.ª Repartição da 2.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, perímetro definido pelas referências 1—2—3—4—5—6—6-A—7, que indicam os locais onde deverão ser colocados marcos.

Os limites determinados por esses marcos são os seguintes:

1-2: Do cruzamento da estrada Elvas-Portalegre com a estrada nacional n.º 4 (marco 1), por esta última estrada, até ao cruzamento com a serventia da Pousada (marco 2);

2-3: Do marco 2, pela estrada projectada, até ao Estádio Municipal (marco 3);

3-4: Do marco 3, pela estrada nacional Lisboa-Badajoz, até ao cruzamento com o ramal para a estação (marco 4);

4-5: Do marco 4, pela estrada municipal, até ao cruzamento com a estrada municipal da Boa Fé (marco 5);

5-6-6-A-7: Do marco 5, pela estrada municipal (marcos 6 e 6-A) até ao cruzamento com a estrada nacional Elvas-Portalegre (marco 7);

7-1: Do marco 7, pela estrada Elvas-Portalegre, até ao marco 1.

Art. 2.º Além dos marcos acima referidos (marcos principais), serão colocados intermediariamente, nas zonas ainda não urbanizadas e portanto de mais imprecisa delimitação, tantos marcos quantos forem necessários para que entre dois consecutivos o limite do perímetro da servidão militar fique definido por uma linha recta.

Art. 3.º A colocação dos marcos, quer principais quer intermediários, será feita pela Câmara Municipal de Elvas, assistida por um delegado da Direcção da Arma de Engenharia. Os marcos serão de cantaria e do modelo a fixar por esta mesma Direcção.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1948. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellal de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.